

CRÉDITO E JUROS EM 2022

MARÇO/2023

CONSELHO DO IEDI

<i>Conselheiro</i>	<i>Empresa</i>
Alberto Borges de Souza	Caramuru Alimentos S.A.
Amarílio Proença de Macêdo	J.Macêdo Alimentos S.A.
Bruno Uchino	Unipar Carbocloro S.A.
Carlos Eduardo Sanchez	EMS - Indústria Farmacêutica Ltda.
Cláudio Bardella	Bardella S.A.
Dan Ioschpe <i>Presidente</i>	Ioschpe-Maxion S.A.
Daniel Feffer	Grupo Suzano S.A.
Décio da Silva	WEG S.A.
Eduardo de Salles Bartolomeo	Vale S.A.
Eduardo Fischer	MRV S.A.
Erasmus Carlos Battistella	BSBio Ind. e Com. de Biodisel Sul Brasil S.A.
Eugênio Emílio Staub	Conselheiro Emérito
Flávio Gurgel Rocha	Confecções Guararapes S.A.
Francisco Gomes Neto	Embraer S.A.
Guilherme Johannpeter <i>Vice-Presidente</i>	Gerdau S.A.
Hélio Bruck Rotenberg	Positivo Informática S.A.
Henri Armand Slezzynger	Unigel S.A.
Horacio Lafer Piva	Klabin S.A.
João Guilherme Sabino Ometto	Grupo São Martinho S.A.
José Roberto Ermírio de Moraes	Votorantim Participações S.A.
Josué Christiano Gomes da Silva	Coteminas S.A.

CONSELHO DO IEDI

<i>Conselheiro</i>	<i>Empresa</i>
Lírio Albino Parisotto	Videolar S.A.
Lucas Santos Rodas	Companhia Nitro Química Brasileira S.A.
Luiz Alberto Garcia	Algar S.A.
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Indústrias Romi S.A.
Marcelo Facchini	Facchini S.A.
Marcelo Faria de Lima	Metalfrio S.A.
Marcelo Milliet	Paranapanema S.A.
Marco Stefanini	Stefanini S.A.
Paulo Diederichsen Villares	Membro Colaborador
Pedro Luiz Barreiros Passos	Natura Cosméticos S.A.
Pedro Wongtschowski	Ultrapar Participações S.A.
Raul Calfat <i>Vice-Presidente</i>	Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.
Ricardo Steinbruch	Vicunha Têxtil S.A.
Roberto Caiuby Vidigal	Membro Colaborador
Rodolfo Villela Marino	Itaúsa S.A.
Rubens Ometto Silveira Mello	Cosan S.A.
Salo Davi Seibel <i>Vice-Presidente</i>	Dexco S.A.
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Monteiro Aranha S.A.
Victório Carlos De Marchi	AmBev S.A.
Wilson Brumer	Mover Participações S.A.

CRÉDITO E JUROS EM 2022

Introdução.....	5
Crédito ampliado ao setor privado não-financeiro.....	7
Evolução dos estoques de crédito do SFN	11
Evolução do crédito corporativo por setor econômico e porte da empresa	16
Evolução real das concessões	19
Juros e inadimplência.....	23

CRÉDITO E JUROS EM 2022

Introdução

Em 2022, o crédito continuou se expandindo no país, mas foi perdendo força à medida que a elevação da taxa básica de juros (Selic), que chegou a seu pico recente de 13,75% a.a. em ago/22, foi sendo repassada aos juros dos empréstimos. Assim, o crescimento de +8,4% das concessões acumuladas no 1º trim/22 reverteu-se em queda de -1,0% no 4º trim/22, sempre em relação ao trimestre anterior, já descontados os efeitos sazonais.

Frente ao mesmo período de 2021, o desempenho recente ficou longe da região negativa, mas ainda assim registrou desaceleração quando descontada a inflação, medida pelo IPCA. As concessões totais de crédito do sistema bancário cresceram +21,4% no 3º trim/22 e +12,3% no 4º trim/22, em termos reais. No acumulado de 2022, o resultado foi de +20,8%. Tanto as operações junto às famílias como aquelas contratadas pelas empresas demonstraram perda de fôlego.

No caso dos empréstimos às pessoas físicas, as concessões, que tinham registrado +21,1% ante o 3º trim/21, cresceram, em termos reais, +14,8% no último trimestre do ano passado na comparação com igual período de 2021. Contribuíram para isso, o declínio do crédito pessoal não consignado e um aumento menor do financiamento da compra de bens exceto veículos e do cheque especial.

Os níveis recordes de endividamento das famílias, junto com o aumento de juros, são obstáculos à continuada expansão do crédito, especialmente em um contexto de baixo dinamismo econômico. Em nov/22 (último dado disponível), as dívidas exceto financiamento imobiliário representavam 31,4% da renda disponível das pessoas físicas, isto é 1/3 maior do que o valor de ago/20, quando teve início uma rápida e persistente trajetória de elevação. Endividamento alto e a escalada de juros têm efeitos adversos que se reforçam e acabam se expressando em aumento da inadimplência.

As taxas médias dos juros reais praticados nas concessões às famílias avançaram de +26,0% em dez/21 para +33,7% em dez/22. Se excluirmos algumas operações que amortecem e puxam a média para baixo, como o financiamento imobiliário, e mantivermos apenas os juros que são livremente pactuados entre as partes, a alta foi de 40,9% a.a. para 52,7% a.a., respectivamente. A inadimplência desta carteira atingiu 5,9% ao final de 2022.

Apesar deste quadro preocupante para as famílias, inclusive porque indivíduos de menor renda tendem a ser os mais endividados, é para as empresas que as concessões mais

perderam força no final do ano passado. A alta de +21,1% no 3º trim/22 refluíu para +9,3% no 4º trim/22, frente a iguais períodos do ano anterior e corrigida a inflação. A maior responsável por isso, foi a parcela das concessões com condições livremente pactuadas entre as partes, que retrocedeu de +23% para +6,4% no período.

Cabe lembrar que é esta parcela do crédito bancário, o chamado “crédito livre”, que reage mais intensamente à elevação dos juros. Para as empresas os juros médios passaram de 17,9% a.a. em dez/21 para 21,8% a.a. em dez/22, descontada a inflação. Esta alta foi mais intensa do que a das taxas de juros das concessões do crédito direcionado pelos circuitos oficiais de financiamento, cujos juros médios passaram de 9,8% a.a. para 11,2% a.a. em igual período.

A perda de fôlego do segmento livre do crédito corporativo foi, em parte, atenuada pelo dinamismo do crédito oficial onde os juros praticados são menores. As concessões reais às empresas deste último segmento avançaram +66,5% no 4º trim/22, sob influência das operações concedidas pelo BNDES (+176%) e do financiamento imobiliário (+36,1%).

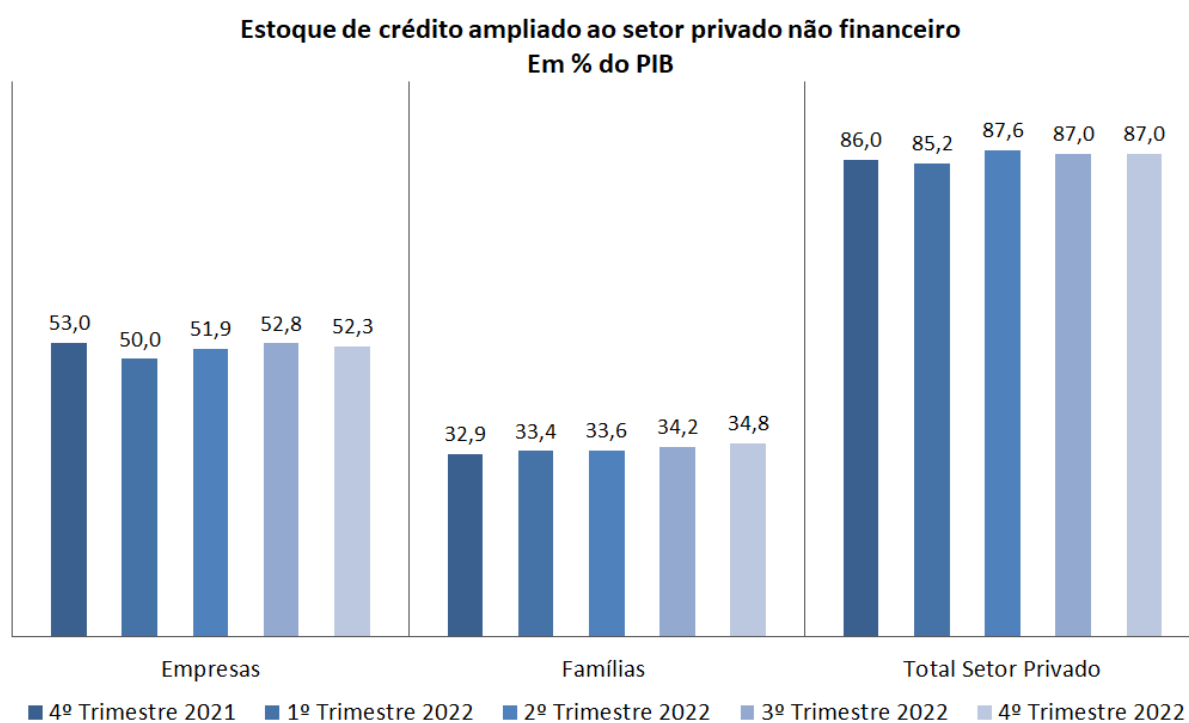
Ainda assim, a desaceleração na contratação de novos empréstimos corporativos em seu agregado também fez com que o estoque total de crédito às empresas perdesse ritmo. Do 3º trim/22 para o 4º trim/22, o saldo real destas operações registrou +3,5%, ficando abaixo do resultado do estoque total do sistema financeiro (+4,6%). Frente ao mesmo período do ano anterior isso também ocorreu: +13,7% ante +18,6%, respectivamente, no último quarto de 2022.

Outras fontes de financiamento das empresas para além do crédito bancário, também não se expandiram mais intensamente no último trimestre do ano: emissões de títulos no mercado interno cresceram a um ritmo semelhante (+3,6% ante 4º trim/21) e no mercado externo ficaram estagnadas (+0,2%). Deste modo, o estoque de crédito ampliado, que inclui os empréstimos bancários e títulos de dívida emitidos interna e externamente, registrou expansão de +2,4% no 4º trim/22 ante o 4º trim/21. Frente ao acumulado de 2021, a alta foi de +13,3%.

Para o saldo de crédito bancário, o Banco Central apresenta dados setoriais. Segundo estes dados, embora a evolução das operações contratadas por empresas industriais tenha ficado em linha com a dos demais setores, no ano como um todo foi a que menos cresceu: +17,1% para a agropecuária, +13,7% para os serviços e +12,3% para a indústria. A queda do financiamento à indústria automobilística (-13,9%) foi um freio importante.

Crédito ampliado ao setor privado não-financeiro

De acordo com as estatísticas de crédito do Banco Central do Brasil divulgadas no final de jan/23, o estoque de crédito ampliado ao setor privado não financeiro se manteve em rota de crescimento no quarto trimestre de 2022, atingindo R\$ 8,1 trilhões (R\$ 7,8 trilhões no terceiro trimestre). Em porcentagem do PIB, o saldo do crédito ampliado ao setor privado subiu 1,0 p.p. frente ao quarto trimestre do ano anterior, mas permaneceu estável no mesmo patamar do trimestre precedente (87,0%).



Esse conceito de crédito inclui tanto o saldo das operações de crédito contratadas pelas empresas e pelas famílias no mercado financeiro doméstico como o saldo da dívida externa, resultante das captações de recursos junto a não residentes, mediante a contração de empréstimos e da emissão de títulos de dívida.

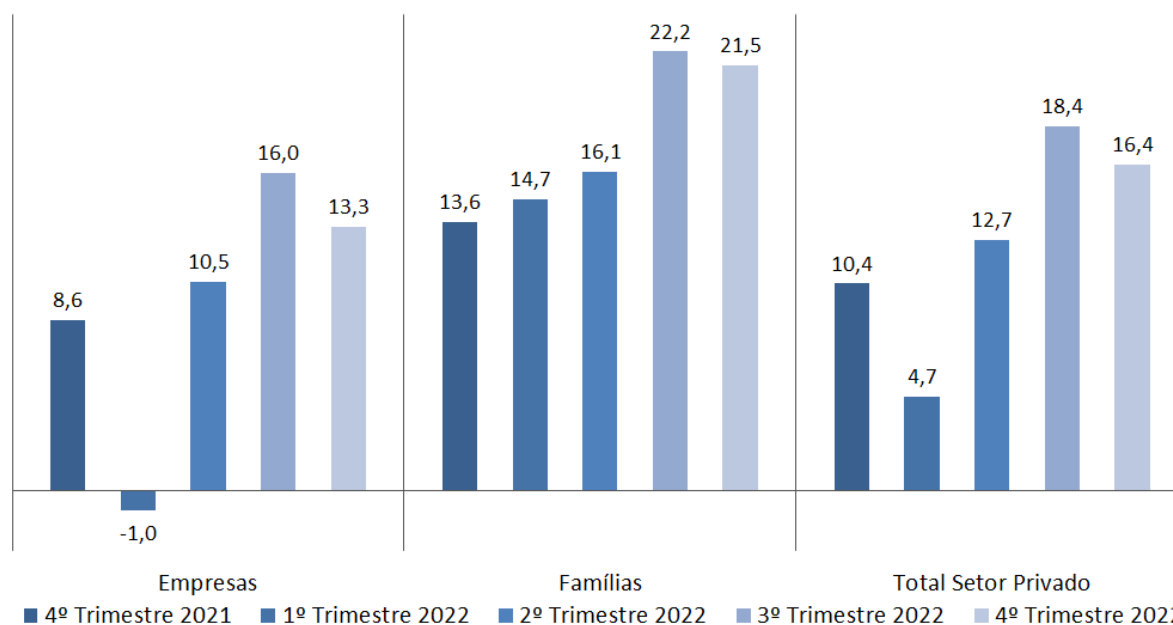
As operações de crédito realizadas no mercado doméstico incluem os empréstimos e financiamentos concedidos pelo sistema financeiro nacional (SFN), por outras sociedades financeiras, como Finame, BNDESPar e fundos de pensão, por fundos governamentais, bem como os títulos privados de dívida direta (debêntures e notas comerciais), emitidos no mercado doméstico por pessoas jurídicas não financeiras.

Incluem ainda os títulos emitidos por companhias securitizadoras, tais como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) direitos creditórios em carteira de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), que são lastreados em operações de crédito contratadas por famílias e empresas.

Na comparação com igual trimestre do ano anterior, o crédito ampliado ao setor privado registrou ligeira desaceleração, com variação real de 16,4% no período de outubro a dezembro de 2022 (-2,0 p.p. abaixo da variação registrada no trimestre anterior), quando deflacionado pelo IPCA. Nessa base de comparação interanual, houve arrefecimento do ritmo de crescimento tanto do saldo de crédito às empresas (-2,7 p.p.) quanto do saldo de crédito às famílias (-0,7 p.p.) frente ao terceiro trimestre de 2022.

Esse comportamento foi impulsionado, sobretudo, pelo menor ritmo de crescimento das operações de crédito ampliado no mercado doméstico, responsável por 78,7% do saldo total de crédito ampliado, cujo estoque registrou aumento real de 20,7% frente ao quarto trimestre de 2021 (22,7% no terceiro trimestre de 2022). Já a dívida externa do setor privado que havia aumentado 5% no terceiro trimestre, refletindo, sobretudo, a depreciação cambial verificada em setembro, cresceu apenas 3% em termos reais no quarto trimestre de 2022 frente a igual trimestre do ano anterior.

Evolução do estoque de crédito ampliado ao setor privado não financeiro
Variação real - Igual trimestre do ano anterior (em %)



Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Nota: Variações com base no último mês de cada trimestre. Valores deflacionado pelo IPCA.

No que se refere às modalidades de crédito, os empréstimos e financiamento se mantiveram no quarto trimestre como a principal modalidade de crédito em âmbito tanto doméstico como externo, com participação, respectivamente, de 63,4% e de 20,2% no total do estoque de crédito ampliado.

Porém, enquanto o saldo dos empréstimos e financiamentos domésticos cresceu 19,1%, em termos reais ante igual trimestre de 2021, o saldo dos empréstimos externos subiu apenas 4,1% na mesma base de comparação.

Já saldo de títulos de dívida direta emitidos no mercado doméstico de capitais, que registrou vigoroso aumento no intervalo de outubro a dezembro (27,8%), elevou sua participação no estoque total para 15,3% no quarto trimestre de 2022 (14% em igual trimestre do ano anterior), alcançando o montante de R\$ 1,4 trilhão.

Em contraste, com a relativa piora nas condições dos mercados internacionais de capitais em razão da elevação das taxas básicas de juros nas economias desenvolvidas para conter a inflação ascendente, o saldo dos títulos de dívida externa registrou retração real de 13,7 % no quarto trimestre, declinando para R\$ 91,9 bilhões (R\$ 106,5 bilhões no quarto trimestre de 2021). Frente ao terceiro trimestre de 2022, verifica-se recuo de 3,1%.

Crédito ampliado ao setor privado não financeiro no 4º Trimestre de 2022

	Mercado doméstico			Dívida Externa			Total
	Empréstimos e Financiamento ¹	Títulos de Dívida ²	Total Doméstico	Empréstimos ³	Títulos ⁴	Total externo	
Saldos em valores reais⁵							
em R\$ bilhões							
4º Trimestre 2021	4.305,3	972,1	5.277,4	1.567,3	106,5	1.673,4	6.950,7
3º Trimestre 2022	4.902,9	1.203,0	6.105,9	1.624,0	94,8	1.718,4	7.824,4
4º Trimestre 2022	5.128,4	1.242,3	6.370,8	1.631,4	91,9	1.723,0	8.093,8
Participação relativa							
em %							
4º Trimestre 2021	61,9	14,0	75,9	22,5	1,5	24,1	100,0
3º Trimestre 2022	62,7	15,4	78,0	20,8	1,2	22,0	100,0
4º Trimestre 2022	63,4	15,3	78,7	20,2	1,1	21,3	100,0
Variação real⁵							
em %							
Trimestre anterior	4,6	3,3	4,3	0,5	-3,1	0,3	3,4
Igual trimestre ano anterior	19,1	27,8	20,7	4,1	-13,7	3,0	16,4
No ano	19,1	27,8	20,7	4,1	-13,7	3,0	16,4
Em % do PIB							
em %							
4º Trimestre 2021	53,2	12,0	65,3	19,4	1,3	20,7	86,0
3º Trimestre 2022	54,5	13,4	67,9	18,1	1,0	19,1	87,0
4º Trimestre 2022	55,2	13,4	68,5	17,5	1,0	18,5	87,0

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Inclui Operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) bem como empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil; Operações de crédito dos fundos de pensão, de consórcios e das empresas do grupo BNDES; e Operações de crédito de fundos constitucionais não incluídos na carteira do SFN e empréstimos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).

2. Títulos emitidos no mercado doméstico (debêntures e notas comerciais), bem como parcela de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), em que os créditos utilizados como lastro são dívidas do setor de empresas e do setor de famílias. Exclui títulos detidos por não-residentes.

3. Em sua maior parte refere-se a empréstimos tomados no exterior. Inclui ainda títulos emitidos no exterior por entidades sem fins lucrativos a serviço das famílias.

4. Inclui títulos emitidos no exterior e títulos emitidos no mercado doméstico denominados e liquidados em reais detidos por não residentes.

5. Saldos em final de período, deflacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada trimestre.

O saldo do crédito ampliado a empresas atingiu R\$ 4,9 trilhões (52,3% do PIB) no quarto trimestre, com alta de 13,3% frente a igual trimestre de 2021, influenciada principalmente pelo aumento real em 28,1% do estoque de títulos de dívida emitidos no mercado doméstico (debêntures, notas comerciais e recebíveis imobiliários e do agronegócio) e detidos por residentes e de 15,4 % na carteira de empréstimos e financiamento do SFN. Cabe ressaltar que os títulos de dívida respondem por 37,9% do crédito concedido às empresas no mercado doméstico.

Crédito ampliado ao setor privado corporativo não financeiro no 4º Trimestre de 2022

	Mercado doméstico			Dívida Externa			Total
	Empréstimos e Financiamento ¹	Títulos de Dívida ²	Total Doméstico	Empréstimos	Títulos ³	Total externo	
Saldos em valores reais⁴							
em R\$ bilhões							
4º Trimestre 2021	1.701,0	934,3	2.635,3	1.546,9	106,0	1.652,8	4.288,1
3º Trimestre 2022	1.895,0	1.155,3	3.050,3	1.602,4	94,4	1.696,8	4.747,2
4º Trimestre 2022	1.962,2	1.196,8	3.159,0	1.609,1	91,6	1.700,7	4.859,7
Participação relativa							
em %							
4º Trimestre 2021	39,7	21,8	61,5	36,1	2,5	38,5	100,0
3º Trimestre 2022	39,9	24,3	64,3	33,8	2,0	35,7	100,0
4º Trimestre 2022	40,4	24,6	65,0	33,1	1,9	35,0	100,0
Variação real⁴							
em %							
Trimestre anterior	3,5	3,6	3,6	0,4	-3,0	0,2	2,4
Igual trimestre ano anterior	15,4	28,1	19,9	4,0	-13,6	2,9	13,3
No ano	15,4	28,1	19,9	4,0	-13,6	2,9	13,3
Em % do PIB							
em %							
4º Trimestre 2021	21,0	11,6	32,6	19,1	11,6	20,7	53,0
3º Trimestre 2022	21,1	12,8	33,9	17,8	12,8	19,1	52,8
4º Trimestre 2022	21,1	12,9	34,0	17,3	12,9	18,5	52,3

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Inclui Operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) bem como empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil; Operações de crédito dos fundos de pensão, de consórcios e das empresas do grupo BNDES; e Operações de crédito de fundos constitucionais não incluídos na carteira do SFN e empréstimos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).

2. Títulos emitidos no mercado doméstico (debêntures e notas comerciais), bem como parcela de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), em que os créditos utilizados como lastro são dívidas do setor de empresas. Exclui títulos detidos por não-residentes.

3. Inclui títulos emitidos no exterior e títulos emitidos no mercado domésticos denominados e liquidados em reais detidos por não residentes.

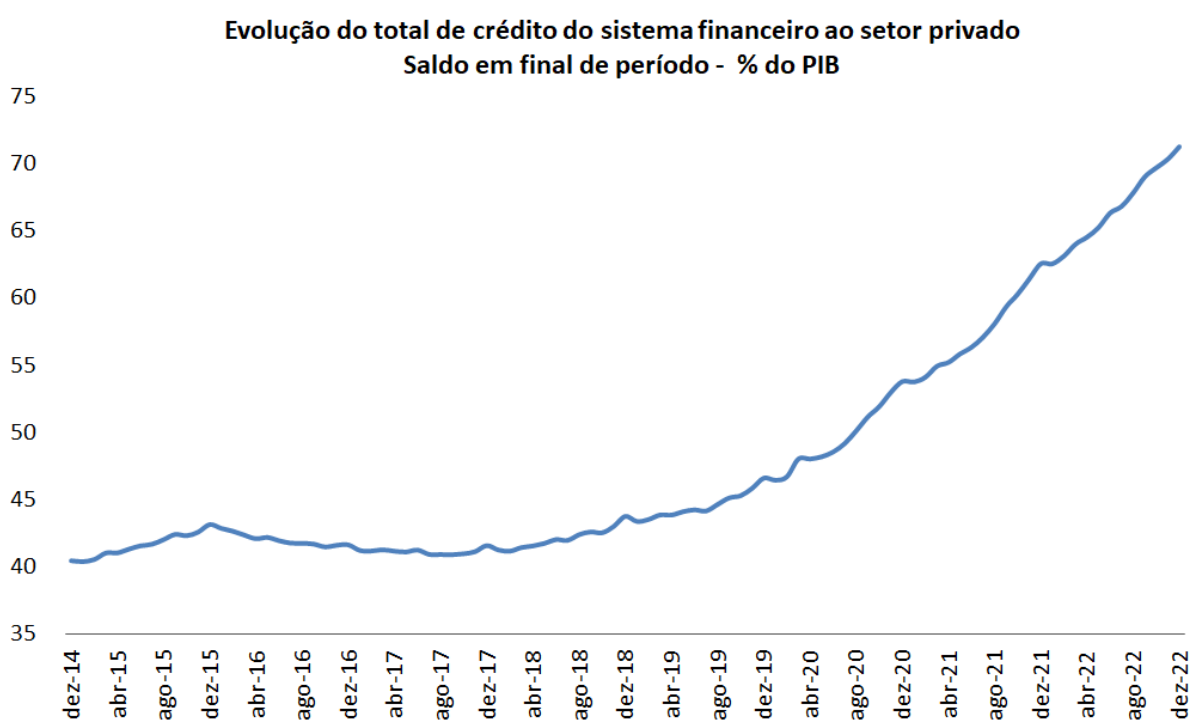
4. Saldos em final de período, defacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada trimestre.

Já o crédito ampliado às famílias alcançou R\$ 3,1 trilhões, equivalente a 34,8% do PIB no quarto trimestre de 2022, com aumento de 21,5% na comparação com igual trimestre do ano precedente, em decorrência do forte crescimento nos empréstimos do SFN (22,1%).

No ano de 2022, o estoque de crédito ampliado ao setor privado não financeiro registrou alta real de 16,4%, impulsionado pela expansão do mercado doméstico (20,7%), com forte ampliação do estoque de títulos de dívida (27,8%) e dos empréstimos e financiamento (19,1%). Em contraste, nessa base de comparação, o saldo total de dívida externa cresceu modestos 3,0%.

Evolução dos estoques de crédito do SFN

No quarto trimestre de 2022, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional se manteve em trajetória de expansão firme, atingindo o montante de R\$ 5,0 trilhões, o que corresponde a 71,3% do PIB. Em termos de percentual do PIB, houve um incremento de 8,7 p.p. na comparação com igual trimestre de 2021 e de 2,3 p.p. em relação ao trimestre imediatamente anterior.

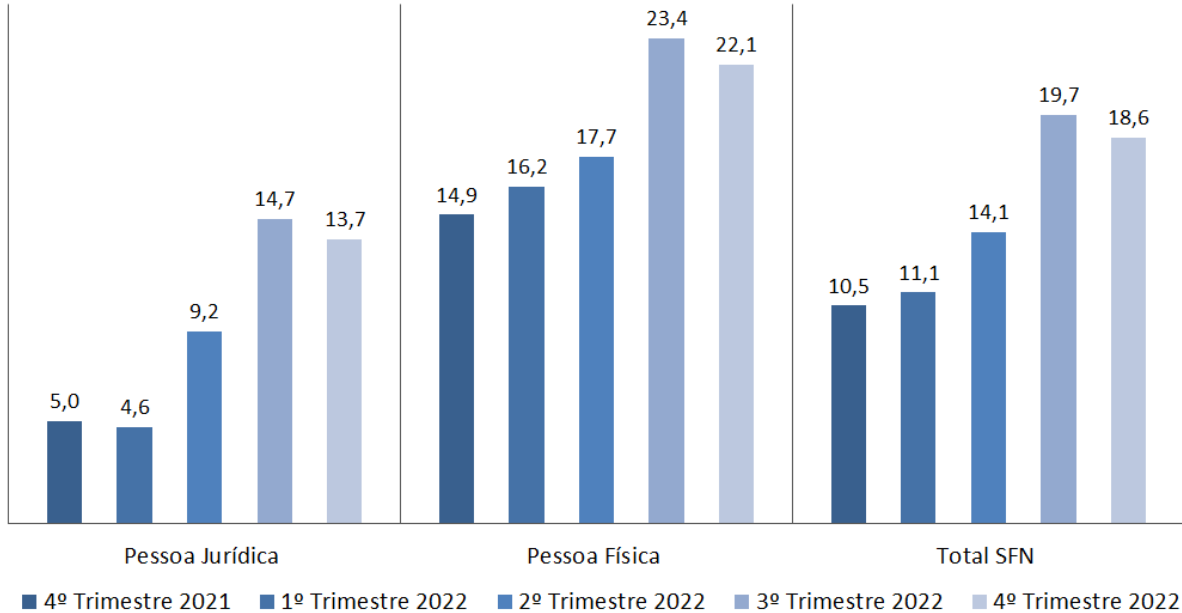


Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Frente a igual trimestre do ano anterior, todavia, o ritmo de crescimento do estoque total das operações de crédito registrou ligeiro arrefecimento, com variação, em termos reais, de 18,6% no quarto trimestre de 2022 (ante 19,7% no terceiro trimestre), com recuo de 1,1 p.p..

Essa desaceleração no ritmo ainda vigoroso de crescimento foi puxada pelas operações de crédito a pessoas físicas, cujo saldo registrou variação real de 22,1% frente ao quarto trimestre de 2021, com recuo de 1,3 p.p.. O saldo das operações de crédito a pessoas jurídicas também registrou variação positiva (13,7%) nessa mesma base de comparação, mas com redução de 1,0 p.p. frente a taxa de expansão do terceiro trimestre de 2022.

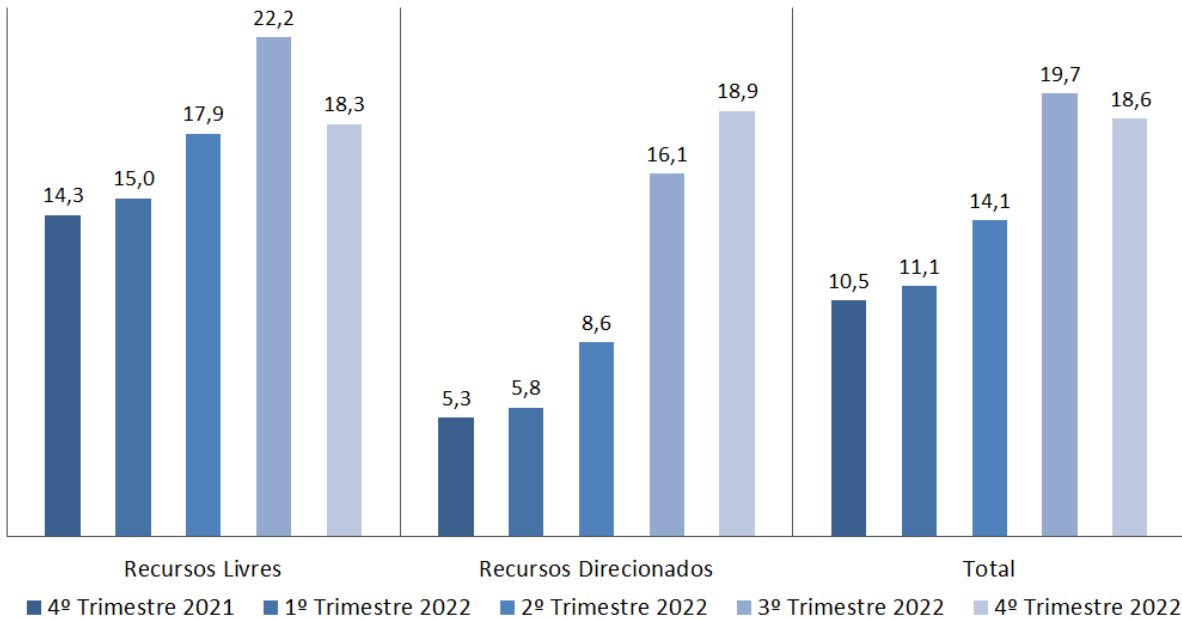
Evolução do estoque de crédito do sistema financeiro
Varição real - Igual trimestre do ano anterior (em %)



Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Nota: Variações com base no último mês de cada trimestre. Valores deflacionado pelo IPCA.

Evolução do estoque de crédito do SFN por origem dos recursos
Varição real - Igual trimestre do ano anterior (em %)



Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Nota: Variações com base no último mês de cada trimestre. Valores deflacionado pelo IPCA.

No que se refere à origem dos recursos, o saldo das operações com recursos livres atingiu R\$ 3,0 trilhões no quarto trimestre, registrando crescimento real da ordem de 18,3% frente a igual período do ano anterior. Contudo, também se observa uma desaceleração no ritmo de expansão (-3,9 p.p.) nessa base de comparação.

O saldo da carteira de crédito com recursos livres às pessoas físicas atingiu R\$ 1,8 trilhão, com crescimento real de 21,7% frente ao quarto trimestre de 2021 e no ano de 2022. Não obstante a diminuição do ritmo de expansão dessa carteira (-3,3 p.p), o crescimento por modalidades nessa base de comparação foi disseminado, com destaque para cartão de crédito (alta real 30,1% ante ao igual trimestre de 2021) crédito consignado (19,0%) e aquisição de veículos (11,4%). Mencione-se ainda a forte elevação do saldo da modalidade cheque especial (31,1%), não obstante sua pequena participação nessa carteira (1,6%).

O saldo de crédito com recursos livres às empresas alcançou R\$ 1,3 trilhão no quarto trimestre, com aumento real de 14,4% frente a igual trimestre do ano anterior, mas com desaceleração no ritmo de crescimento (-4,5 p.p ante a variação verificada no trimestre anterior), em consonância com o menor dinamismo da atividade econômica no período. Entre as principais modalidades de crédito para pessoas jurídicas que impulsionaram a carteira nesse quarto trimestre, destacam-se: aquisição de veículos (30%), desconto de duplicatas e recebíveis (18,3%), adiantamento de contrato de câmbio (10,4%), financiamento de exportação (10,3%). A modalidade de capital de giro, que detêm a participação mais expressiva nesse segmento (34,4%), registrou alta de 9,6% nessa base de comparação.

Em contraste, as operações com recursos direcionados mostram aceleração no quarto trimestre de 2022, com aumento real de 18,9% (2,8p.p. acima do verificado no trimestre anterior), alcançando o patamar de R\$ 2,0 trilhões. Esse incremento foi impulsionado pelo aumento das operações com pessoas físicas (variação real de 18,0%), sobretudo, nas modalidades de financiamento habitacional (aumento real de 18,6%) e de crédito rural (34,6%), que respondem por, respectivamente, por 65,9% e 28,8% da carteira de crédito regulamentado às pessoas físicas.

Já o saldo das operações com recursos direcionados a pessoas jurídicas alcançou o patamar de R\$ 700 bilhões, com incremento real de 12,4% frente ao quarto trimestre de 2021. Esse resultado reflete a forte expansão do financiamento imobiliário (34,8%) e do crédito rural (33,5%). Os créditos com recursos do BNDES, que respondem por 53,3% do estoque da carteira direcionada de pessoas jurídicas registrou expansão real de 9,8% nessa mesma base de comparação.

Crédito do sistema financeiro¹ por origem dos recursos

	Recursos Livres			Recursos Direcionados			Total
	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	
Saldos em valores reais							
em R\$ bilhões							
4º Trimestre 2021	1.160,6	1.375,5	2.536,2	622,7	1.087,5	1.710,2	4.246,3
3º Trimestre 2022	1.286,4	1.597,2	2.883,6	673,0	1.256,4	1.929,5	4.813,0
4º Trimestre 2022	1.327,6	1.673,8	3.001,4	700,1	1.333,6	2.033,7	5.035,0
Participação relativa							
em %							
4º Trimestre 2021	27,3	32,4	59,7	14,7	25,6	40,3	100,0
3º Trimestre 2022	26,7	33,2	59,9	14,0	26,1	40,1	100,0
4º Trimestre 2022	26,4	33,2	59,6	13,9	26,5	40,4	100,0
Variação real²							
em %							
Trimestre anterior	3,2	4,8	4,1	4,0	6,1	5,4	4,6
Igual trimestre ano anterior	14,4	21,7	18,3	12,4	22,6	18,9	18,6
No ano	14,4	21,7	18,3	12,4	22,6	18,9	18,6
Em % do PIB³							
em %							
4º Trimestre 2021	17,1	20,3	37,4	9,2	16,0	25,2	62,6
3º Trimestre 2022	18,5	22,9	41,4	9,7	18,0	27,7	69,1
4º Trimestre 2022	18,8	23,7	42,5	9,9	18,9	28,8	71,3

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Saldos em final de período das operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN). Os valores foram deflacionados pelo IPCA.
2. Variações com base no último mês de cada trimestre.
3. PIB acumulado nos últimos doze meses

Em 2022, o estoque de crédito do sistema financeiro cresceu 18,6%, impulsionado pelo avanço das operações para pessoas físicas, que registrou variação real de 22,1% no período terminado em dezembro, enquanto as operações com pessoas jurídicas aumentaram 13,7%. As operações com recursos direcionados avançaram a um ritmo ligeiramente superior ao das operações com recursos livres nessa base de comparação: 18,9% ante 18,3%.

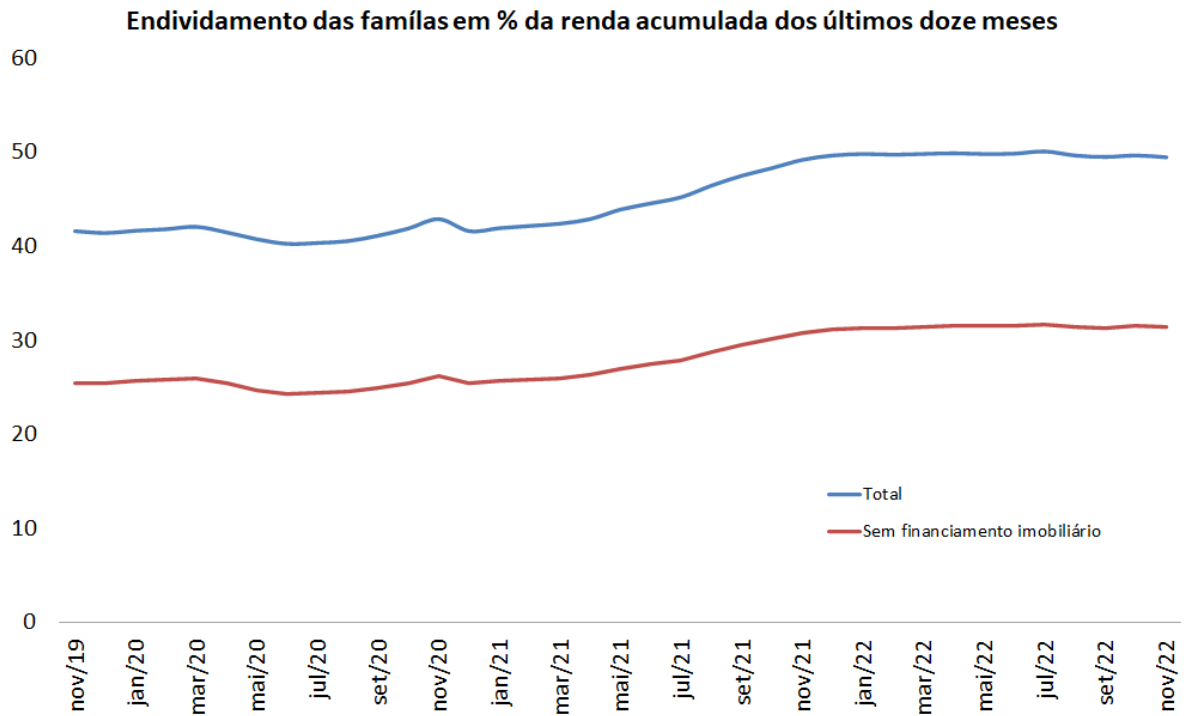
Nas operações com recursos livres pactuadas com pessoas físicas, as modalidades de crédito mais onerosas, e, portanto, mais arriscadas, são as que apresentam taxas de crescimento mais expressivas, caso do cheque especial (31,1%), cartão de crédito (30,1%), com destaque para a modalidade rotativo (62,7%) e crédito pessoal não consignado (23,1%).

A significativa ampliação das modalidades mais caras de crédito às pessoas físicas tende a se traduzir em aumento persistente da inadimplência, em um cenário como o atual, de elevado endividamento das famílias, juros altos, alta informalidade e fraca recuperação da renda.

Nesse contexto, um círculo vicioso se estabelece: taxas de juros mais altas levam ao aumento da inadimplência, que por sua vez, acarreta elevação dos juros devido a ampliação do risco de crédito.

Nas estatísticas disponibilizadas pelo BCB, o último dado disponível sobre o endividamento das famílias é o do mês de novembro de 2022. A análise da evolução do endividamento das famílias em relação à renda acumulada nos últimos doze meses mostra

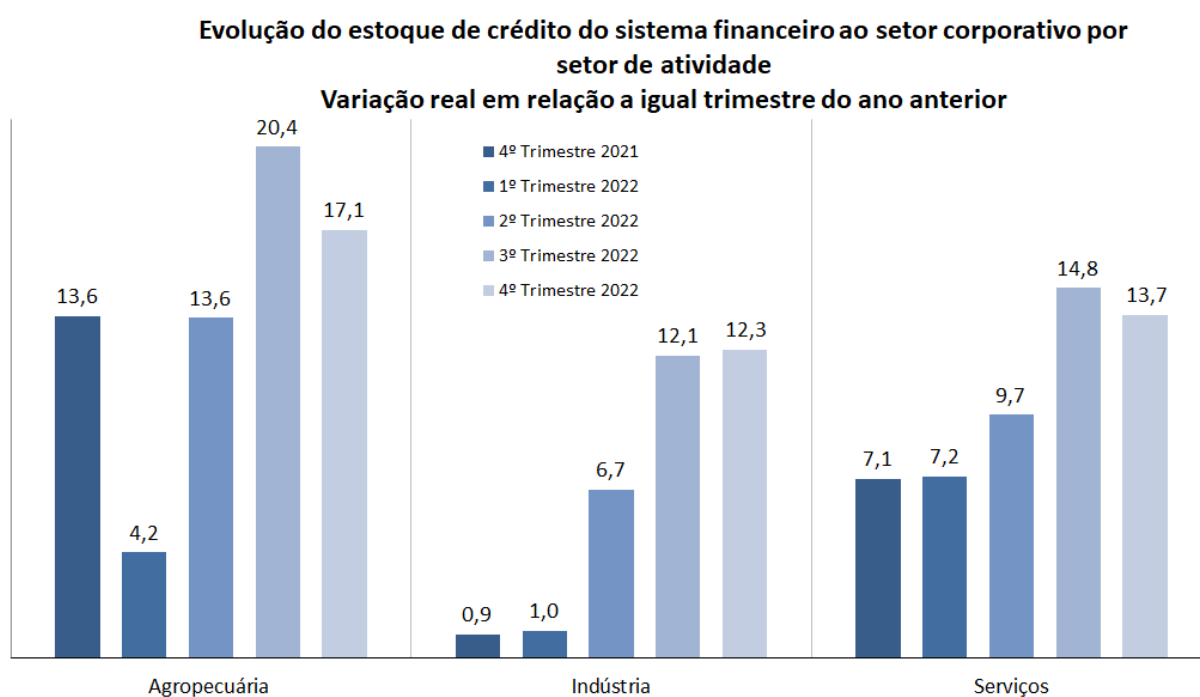
que esse indicador se mantém, desde o mês de janeiro de 2022, relativamente estabilizado no patamar de 50%, não obstante a elevação das taxas de juros ativas do SFN na esteira da subida da taxa básica de juros, a taxa Selic, em 3p.p. pelo BCB, entre março e agosto de 2022.



Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Evolução do crédito corporativo por setor econômico e porte da empresa

No quarto trimestre de 2022, as empresas do setor agropecuário foram as que mais ampliaram o acesso ao crédito do SFN. O estoque de crédito contratado por esse setor cresceu 17,1% em termos reais frente a igual trimestre do ano anterior. Contudo, observa-se um arrefecimento no ritmo de expansão da ordem de 3,3 p.p. frente ao trimestre anterior.



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Nota: Variações com base no último mês de cada trimestre. Valores deflacionados pelo IPCA.

O setor de serviço, que absorve 58,7% do crédito do SFN às pessoas jurídicas, registrou a segunda maior taxa de variação nessa base de comparação (13,7%), com recuo de 1,1p.p no ritmo de expansão. Frente ao terceiro trimestre de 2022, o saldo de crédito às empresas de serviço registrou aumento real de 3,9%.

Crédito do SFN por porte da empresa e por setor de atividade no 4º Trimestre de 2022

	Porte das empresas ¹		Setor de Atividade				Total ⁵
	MPMe	Grande	Agropecuária	Indústria ²	Serviços ³	Outros ⁴	
Saldos em valores reais⁶							
	em R\$ bilhões						
4º Trimestre 2021	774,2	1.014,3	36,4	701,7	1043,7	6,7	1.788,5
3º Trimestre 2022	886,3	1.067,5	41,7	760,8	1142,4	5,8	1.950,7
4º Trimestre 2022	929,0	1.093,8	42,7	788,0	1186,7	5,5	2.022,8
Participação relativa							
	em %						
4º Trimestre 2021	43,3	56,7	2,0	39,2	58,4	0,4	100,0
3º Trimestre 2022	45,4	54,6	2,1	39,0	58,6	0,3	100,0
4º Trimestre 2022	45,9	54,1	2,1	39,0	58,7	0,3	100,0
Varição real⁶							
	em %						
Trimestre anterior	4,8	2,5	2,3	3,6	3,9	-4,1	3,7
Igual trimestre ano anterior	20,0	7,8	17,1	12,3	13,7	-16,9	13,1
No ano	20,0	7,8	17,1	12,3	13,7	-16,9	13,1
Em % do PIB							
	em %						
4º Trimestre 2021	9,6	12,5	0,5	8,7	12,9	0,1	22,1
3º Trimestre 2022	9,9	11,9	0,5	8,5	12,7	0,1	21,7
4º Trimestre 2022	10,0	11,8	0,5	8,5	12,8	0,1	21,8

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

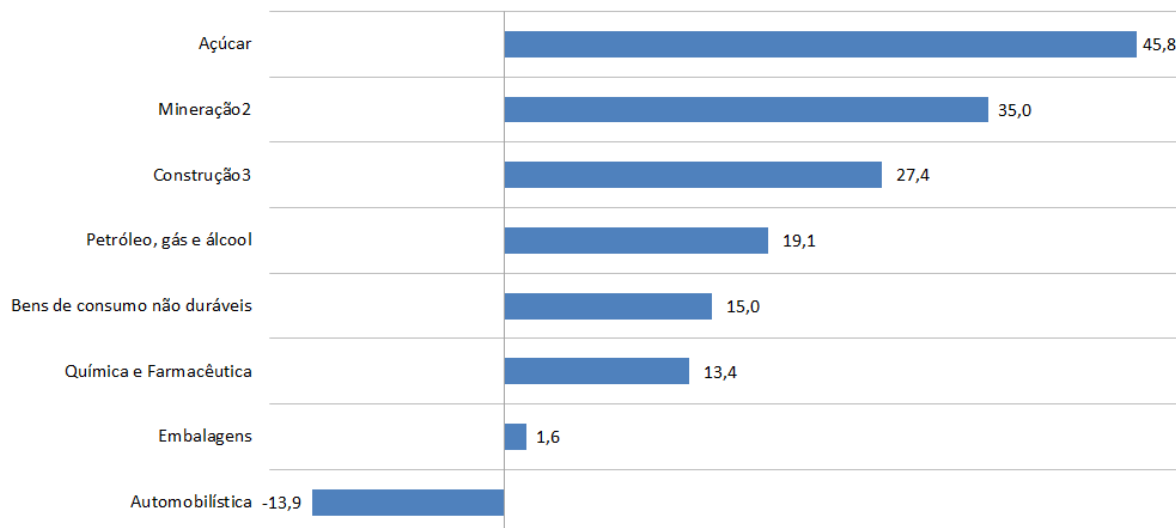
- Os critérios para classificação por porte são: Micro, Pequena e Média Empresa (MPME) - receita bruta anual até R\$300 milhões ou ativo total até R\$240 milhões; Grande Empresa - receita bruta anual acima de R\$300 milhões ou ativo total superior a R\$240 milhões.
- Inclui: Inclui indústria extrativa, indústria de transformação; construção; Serviços industriais de utilidade pública (SIUP).
- Inclui comércio, transporte, administração pública, serviços imobiliários, serviços de informação e comunicação, demais serviços às famílias e às empresas e serviços financeiros.
- Inclui o saldo de "Entidades no exterior" que se refere a operações com entidades com sede no exterior.
- O saldo total pode divergir das estatísticas agregadas de crédito do SFN divulgadas pelo BCB na Nota para Imprensa sobre as Estatísticas Monetárias e de Crédito.
- Saldos em final de período, deflacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada trimestre.

Já o financiamento ao setor industrial foi o que menos cresceu frente a igual trimestre do ano anterior (12,3%) comparativamente aos setores da agropecuária e serviços, ainda que tenha registrado um pequeno incremento (+0,2 p.p.) vis-à-vis o resultado do terceiro trimestre de 2022 na mesma base de comparação.

No período outubro-dezembro, os ramos industriais que mais ampliaram seu financiamento foram: açúcar (45,8%), mineração (35%), construção imobiliária (27,4%), petróleo e gás (19,1%), bens de consumo não duráveis (15,0%), química e farmacêutica (13,4%). Em contraste, o estoque de crédito à indústria automobilística registrou queda real de 13,9% nessa base de comparação.

Crédito do sistema financeiro à indústria por setores de atividade selecionados no 4º Trimestre de 2022

Saldo em fins de período - Variação real¹ igual trimestre de 2021 (%)



Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas: 1. Deflacionado pelo IPCA. Variações com base no último mês dos trimestres.

2. Não inclui extrações de petróleo e gás, que estão classificadas em "Petróleo, gás e álcool".

3. Refere-se à construção imobiliária, excluindo obras de infraestrutura. Inclui fabricação de insumos para a construção.

No ano, o crédito ao setor industrial cresceu 12,3% em termos reais, impulsionado pela indústria de açúcar, de construção imobiliária e mineração. No sentido oposto, destacam-se a retração do saldo de crédito da indústria automobilística (-13,9%).

No corte por porte das empresas, as estatísticas de crédito do BCB mostram que no quarto trimestre, o estoque de crédito às empresas de menor porte cresceu 20% em termos reais, em ritmo muito superior do que registrado pela carteira de crédito às grandes empresas (7,8%) na comparação com igual trimestre de 2021. Enquanto a carteira de operações de crédito às MPME registrou incremento de 2,4p.p., a carteira das grandes empresas recuou 3,3p.p. frente a variação real registrada no 3º trimestre.

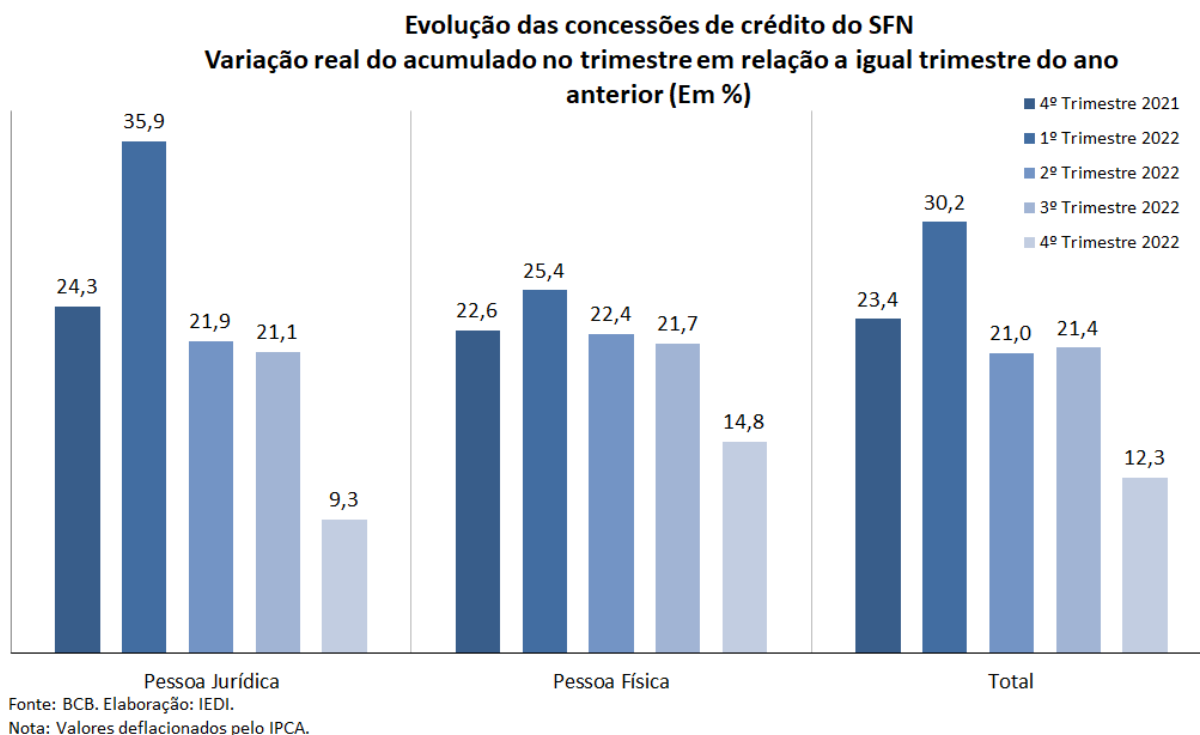
Esse resultado, que reflete as operações contratadas pelas MPME no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), se traduziu na ampliação da participação das MPME na carteira de crédito de pessoas jurídicas, que subiu para 45,9% (+2,6p.p. frente a igual trimestre de 2021 e +0,6 p.p. ante o trimestre anterior).

Evolução real das concessões

De acordo com os dados divulgados pelo BCB, no quarto trimestre de 2022, as novas concessões de crédito do SFN somaram R\$ 1.552 bilhões (média mensal de R\$ 517,3 bilhões), o que representa um incremento real de 12,3% em relação a igual trimestre de 2021.

Todavia, nesta mesma base de comparação, verifica-se uma forte atenuação no ritmo de crescimento, com recuo de 9,1 p.p. ante a variação real observada no 3º trimestre (21,4%), impulsionada pela menor expansão tanto das novas operações de crédito para pessoas físicas (-7,0 p.p.) como, e sobretudo, pela acentuada desaceleração das novas concessões a pessoas jurídicas (-11,8 p.p.).

Já na comparação do 4º trimestre com o 3º trimestre de 2022, as novas concessões retraíram 0,9%. No acumulado de janeiro a dezembro de 2022, por sua vez, as concessões totais cresceram 20,8% em termos reais frente ao mesmo período do ano anterior.



As novas contratações com pessoas físicas totalizaram R\$ 854 bilhões no quarto trimestre, registrando aumento real de 14,8% frente a igual período do ano anterior. Já as

novas concessões a pessoas jurídicas atingiram, no quarto trimestre de 2022, R\$ 698 bilhões, com crescimento real de 9,3 % na mesma base de comparação.

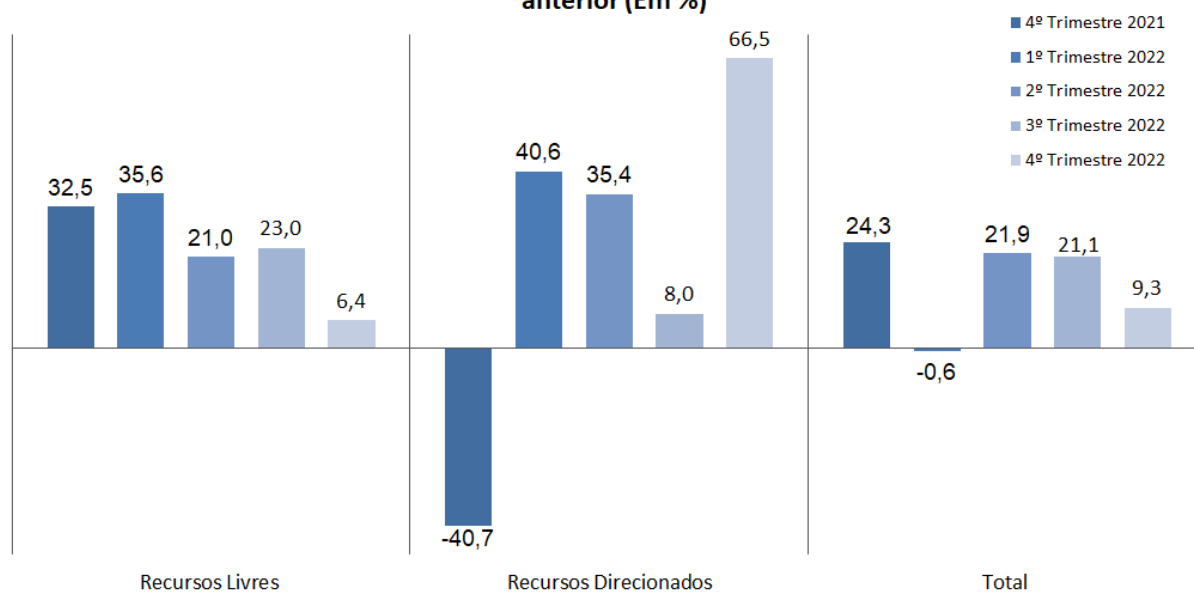
No acumulado de 2022, em termos reais, as novas contratações com pessoas físicas registraram alta de 20,7% na comparação com o ano precedente, enquanto as novas operações com pessoas jurídicas aumentaram 21,0%.

No que se refere à origem dos recursos, as operações com recursos livres registraram variação positiva de 13,3% frente a igual trimestre de 2021, alcançando R\$ 1.377,4 bilhões no período outubro a dezembro.

Nas modalidades de concessões de crédito às pessoas físicas a partir de recursos livres, destaca-se o forte aumento real das operações de cartão de crédito (26,7%), de cheque especial (19,1%), crédito consignado (19,0%) e de aquisição de outros bens (16,4%) frente ao quarto trimestre de 2021. No sentido oposto, nessa mesma base de comparação, as novas concessões na modalidade de crédito pessoal não consignado registraram queda de 4,1%.

Consideradas em seu conjunto, as modalidades de crédito rotativo (cheque especial, cartão de crédito rotativo e cartão de crédito compras à vista) registraram alta real de 22,6% enquanto o total das novas concessões não rotativas aumentou 7,1% em termos reais frente ao quarto trimestre de 2021.

Evolução das concessões de crédito do SFN às pessoas jurídicas
Varição real do acumulado no trimestre em relação a igual trimestre do ano anterior (Em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Nota: Valores deflacionados pelo IPCA.

No quarto trimestre de 2022, as novas concessões de crédito livremente pactuadas com pessoas jurídicas registram arrefecimento no ritmo de expansão, com recuo de 16,6 p. p. na taxa de variação real (6,4% ante 23,0% observada no trimestre anterior).

Entre as principais modalidades de crédito com recursos livres nas novas concessões a pessoas jurídicas, as variações positivas mais expressivas no período outubro a dezembro frente a igual trimestre do ano anterior, foram registradas nas modalidades de cartão de crédito (59,0%), financiamento de compras - comprar (58,0%), adiantamento de contrato de câmbio – ACC (24,2%), de capital de giro (16,7%) e desconto de duplicatas (10,2%). Em contraposição, os recuos mais acentuados ocorreram nas modalidades de repasses externos (-27,0%), financiamento às exportações (-26,9%) e descontos de cheques (-20,0%), de antecipação de faturas de cartão de crédito (-12,7%).

Já as novas contratações com recursos direcionados somaram R\$ 174,7 bilhões (aumento real de 27,1%), impulsionadas, sobretudo, pela aceleração bastante acentuada nas novas operações de crédito com pessoas jurídicas. Contudo, cabe assinalar, que na comparação com o 3º trimestre, o volume de novas concessões com recursos direcionados retraiu 21,2%

Depois de avançar 8,0% no terceiro trimestre, as novas concessões para as empresas cresceram 66,5% em termos reais no período outubro a dezembro frente a igual período do ano anterior, puxada pelo forte crescimento real das modalidades BNDES (176%) e financiamento imobiliário (36,1%). Já as novas operações de crédito rural registram queda real de 16,9% frente ao 4º trimestre de 2021

As novas operações de crédito direcionado com pessoas físicas também registram crescimento real (12,6%) frente ao 4º trimestre de 2021, com destaque para as operações de crédito rural (+42,8%). No ano, as novas contratações nessa carteira de crédito aumentaram 16,2% em termos reais.

No que se refere ao prazo médio das novas contratações de crédito, observa-se que no período outubro a dezembro houve um pequeno aumento tanto em comparação com o trimestre imediatamente anterior (+6,8 meses) como com igual trimestre de 2021 (+5,0 meses). Nessas duas bases de comparação, as maiores ampliações de prazo das operações de crédito ocorreram nas carteiras de pessoas jurídicas e de crédito direcionado. Em contraste, na carteira de novas contratações com recursos livres ocorreu um ligeira oscilação negativa.

Evolução do Crédito - Concessões e Juros ¹

	4º Trimestre 2021	3º Trimestre 2022	4 Trimestre 2022	Varição Trimestre Anterior	Varição Igual Trimestre 2021	Ano
Concessões Reais ¹	R\$ bilhões			%		
Total	1.382,3	1.565,7	1.552,0	-0,9	12,3	20,8
Pessoa Jurídica	638,5	702,9	698,0	-0,7	9,3	21,0
Pessoa Física	743,7	863,0	854,0	-1,0	14,8	20,7
Recursos Livres	1.215,3	1.344,1	1.377,4	2,5	13,3	22,2
Recursos Direcionados	137,5	221,7	174,7	-21,2	27,1	21,1
Taxas Médias de Juros Reais	% a.a.			p.p.		
Total	21,5	26,7	28,6	1,9	7,1	6,3
Pessoa Jurídica	15,5	18,1	18,6	0,5	3,1	4,7
Pessoa Física	25,2	31,6	34,2	2,6	9,0	6,9
Recursos Livres	30,2	37,3	40,2	3,0	10,1	8,4
Recursos Direcionados	8,1	10,0	10,3	0,3	2,2	2,5
Prazos médios	número de meses					
Total	116,9	115,1	121,9	6,8	5,0	5,0
Pessoa Jurídica	56,2	48,9	61,5	12,6	5,3	5,3
Pessoa Física	167,7	167,1	168,8	1,7	1,1	1,1
Recursos Livres	44,6	45,0	44,4	-0,6	-0,2	-0,2
Recursos Direcionados	201,1	195,8	209,9	14,1	8,9	8,9

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

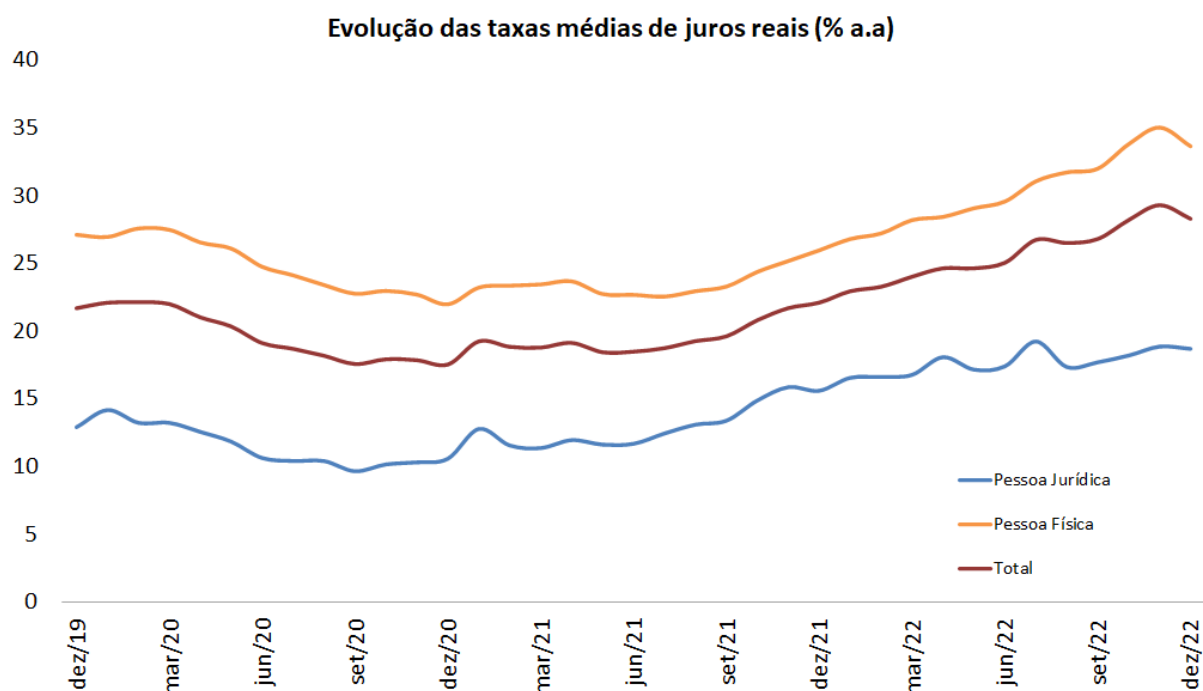
Nota:

1. Valores acumulados no trimestre, deflacionados pelo IPCA. Eventuais diferenças nas totalizações são resultado de arredondamento. As variações são calculadas com as médias dos trimestres, exceto no caso dos Prazos médios, que se baseia no último mês de cada trimestre.

Juros e inadimplência

No quarto trimestre de 2022, a taxa média de juros reais do crédito total atingiu 28,3% a.a., com alta de 6,2 p.p. na comparação com igual trimestre do ano anterior. Nas operações com pessoas físicas, o aumento foi ainda mais expressivo: 7,7 p.p., alcançando 33,7%. Nas operações com pessoas jurídicas, que se caracterizam por juros médios mais baixos, os juros reais também subiram para 18,7% a.a., com incremento de 3,1p.p. frente ao quarto trimestre de 2021.

Esses aumentos refletem, pelo menos em parte, o impacto da elevação da taxa básica de juros, que seguiu em trajetória ascendente até o mês de agosto, quando alcançou 13,75% a.a., permanecendo inalterada nesse patamar nos meses finais do ano.



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Nota: Juros deflacionado pelo IPCA.

Na carteira de crédito livremente pactuado, a taxa média de juros reais atingiu 39,7% no quarto trimestre, com alta de 9,0 p.p. na comparação com igual período do ano anterior. Esse resultado reflete o forte aumento (+11,9 p.p.) dos juros cobrados nas operações com pessoas físicas, cuja taxa média de juros reais alcançou 52,7% a.a. no quarto trimestre de 2022. Nas operações de crédito livre com as empresas, a taxa média de juros reais subiu para 21,8%, com avanço de 3,9 p.p. frente ao quarto trimestre de 2021.

Crédito do sistema financeiro - Juros e Inadimplência em final de período¹

	4º Trimestre 2021	3º Trimestre 2022	4º Trimestre 2022	Variação Trimestre Anterior	Variação Igual Trimestre 2021	Ano
Taxas Médias de Juros Reais²			% a.a.		p.p.	
Total	22,1	26,8	28,3	1,5	6,2	6,2
Pessoa Jurídica	15,6	17,7	18,7	1,0	3,1	3,1
Pessoa Física	26,0	32,0	33,7	1,6	7,7	7,7
Recursos Livres	30,7	37,8	39,7	1,9	9,0	9,0
Recursos Direcionados	8,4	9,7	10,9	1,2	2,4	2,4
Inadimplência Média			% a.a.		p.p.	
Total	2,3	1,9	3,0	1,1	0,7	0,7
Pessoa Jurídica	1,3	1,6	1,7	0,1	0,4	0,4
Pessoa Física	3,0	3,7	3,8	0,1	0,8	0,8
Recursos Livres	3,1	4,0	4,2	0,2	1,1	1,1
Recursos Direcionados	1,2	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0

Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Notas:

1. Variações calculadas com base no último mês de cada trimestre.
2. Deflacionado pelo IPCA.

Na carteira de crédito livre com pessoas físicas, as modalidades de crédito que registraram as maiores altas nas taxas de juros foram: cartão de crédito (+31,2 p.p.), cheque especial (8,5 p.p.) e desconto de cheque (+7,3 p.p.). Em contraposição, no quarto trimestre, os juros médios reais recuaram na modalidade de crédito renegociado (-10,4p.p.)

Nas operações com pessoas jurídicas, as maiores altas nos juros cobrados na carteira de crédito livre foram verificadas nas modalidades de: cheque especial (+33,4 p.p.), cartão de crédito parcelado (+9,5 p.p.) conta garantida (+8,4 p.p.), desconto de cheque (+7,7 p.p.), vendor (+5,1 p.p.). No sentido oposto, no quarto trimestre frente ao igual trimestre do ano anterior, destaca-se o recuo dos juros na modalidade cartão de crédito rotativo (-16,2 p.p.), com declínio na taxa média de juros reais para 91,7% a.a..

Na base de comparação com igual trimestre de 2021, as taxas médias de juros reais da carteira de crédito direcionado também registraram alta (+2,4 p.p.) no quarto trimestre, alcançando 10,9% a.a. Esse aumento foi impulsionado pela elevação dos juros nas operações com pessoas físicas (+2,7 p.p.), com destaque para a modalidade de microcrédito (+9 p.p.), enquanto nas operações com pessoas jurídicas houve incremento de 1,4 p.p. na mesma base de comparação.

Nas novas contratações de crédito, a taxa média real de juros atingiu 28,6% a.a. no período outubro a dezembro, com elevação de 7,1 p.p. ante ao trimestre anterior e de 1,9 p.p.

frente ao terceiro trimestre de 2021. No ano de 2022, a taxa média real de juros registrou alta de 6,3p.p., alcançando 25,8% a.a..

Nas novas contratações de crédito pactuadas com pessoas jurídicas, a taxa real de juros atingiu 18,6% a.a. na média do 4º trimestre (+3,1 p.p. frente a igual trimestre do ano anterior). No ano, a taxa média de juros reais ficou em 17,7% a.a. (4,2 p.p. acima da taxa média de 2021). Nas novas concessões para pessoas físicas, a taxa média de juros subiu em um ritmo mais forte, com elevação de +9,0 p.p. frente ao quarto trimestre de 2022 e de +6,9 p.p. no ano, atingindo 34,2% a.a. no período outubro a dezembro e 30,6% a.a. no ano de 2022.

Na carteira livre, a taxa média real de juros das novas contratações registrou incremento de 10,1 p.p frente ao quarto trimestre de 2021 e de 3,0 p.p. frente ao período julho a setembro, alcançando 40,2% a.a. Nas operações com pessoas físicas, a taxa média real de juros alcançou 53,6% a.a., com alta de 13,6p.p. frente ao quarto trimestre de 2021, com destaque para o cartão de crédito na modalidade rotativo que subiu 18,7 p.p., atingindo os extraordinários 172,1% a.a., para o cheque especial (+8,9, alcançando 125,3% a.a.) e crédito consignado para trabalhadores do setor privado (+10,0 p.p., subindo para 41,0% a.a.).

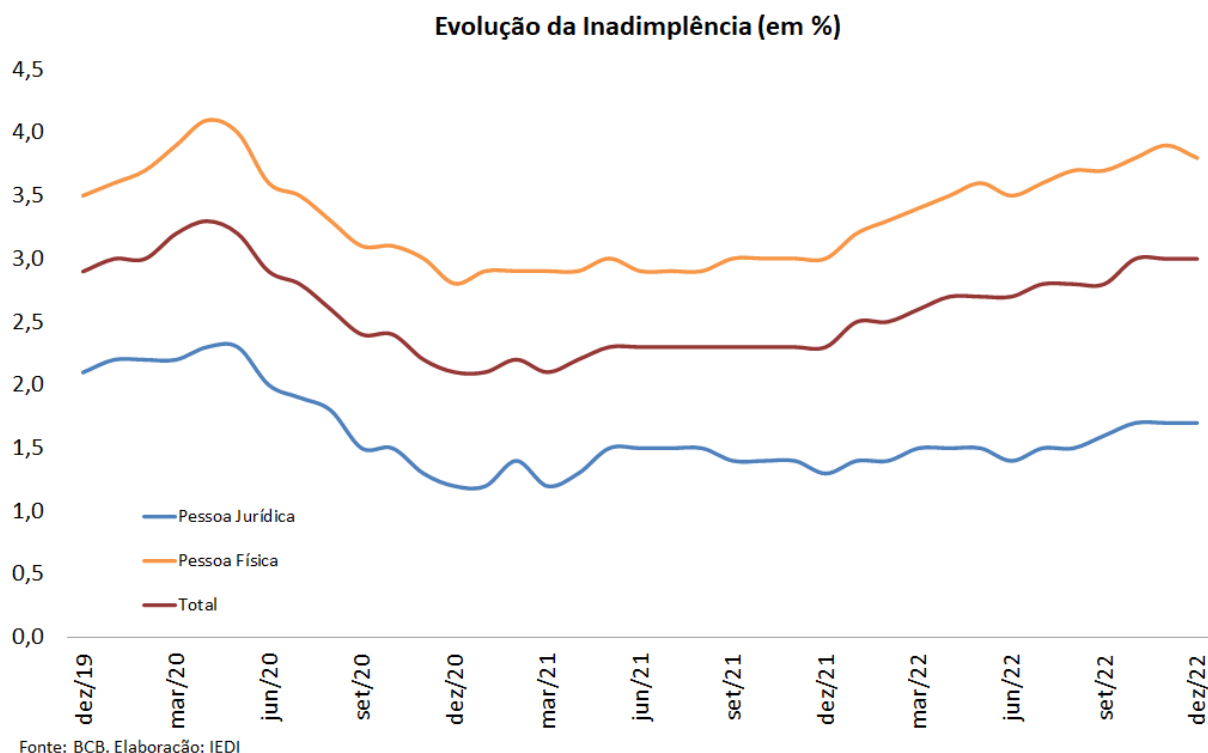
No crédito livre a empresas, a taxa média real de juros das novas contratações atingiu 21,9% a.a. no período de outubro a dezembro, com alta de 4,2 p.p. ante igual período do ano anterior. Nessa carteira, as maiores elevações da taxa média real de juros ocorreram nas modalidades de cheque especial (+20,7 p.p.), que atingiu 302,1% a.a., cartão de crédito, (+15,0 p.p.), conta garantida (+8,7 p.p.), desconto de cheque (+8,0 p.p.), antecipação de faturas de cartão de crédito (+6,0 p.p.) e desconto de duplicada (+5,3 p.p.).

Por fim, nessa mesma base de comparação, no crédito direcionado, a taxa média de juros reais geral subiu 2,4p.p., para 10,5%, destacando-se o aumento de 3,1p.p. nas operações com as famílias, notadamente na modalidade de microcrédito (+ 8,9 p.p.). Os juros reais médios das operações de crédito direcionado a empresas registram alta de 0,6 p.p., atingindo 10,6%, com o incremento nas taxas do crédito rural (+4,2 p.p.) e do financiamento imobiliário (+2,2 p.p.) sendo parcialmente compensado pelo recuo dos juros nas operações de capital de giro (-4,7) e de financiamento agroindustrial do BNDES (-0,8 p.p.).

No contexto de juros em elevação e atividade econômica em desaceleração, parte das empresas e das famílias tiveram dificuldade para honrar seus compromissos financeiros. Em consequência, a inadimplência do crédito total do SFN, que considera os atrasos superiores a noventa dias, registrou alta de 1,0 p.p no período outubro a dezembro ante o trimestre anterior e de 0,7 p.p. frente a igual período do ano anterior, alcançando 3,0%.

Esse aumento refletiu, sobretudo, a elevação em 0,8 p.p dos atrasos superiores a 90 dias nas operações de crédito com pessoas físicas (3,8%), enquanto a inadimplência do crédito

para pessoas jurídicas cresceu 0,4 p.p. frente ao quarto trimestre de 2021, alcançando 1,7%. No ano, a inadimplência do crédito total também subiu 0,7p.p.



Na carteira de crédito com juros livremente pactuado, a inadimplência média total no quarto trimestre de 2022 atingiu 4,2%, impulsionada pela alta da inadimplência das pessoas físicas, que subiu 1,5 p.p. frente a igual trimestre de 2021, se elevando a 5,9%.

Dentre as principais modalidades de crédito livre para pessoas físicas, as maiores taxas de inadimplência no encerramento do 4º trimestre foram verificadas em cartão de crédito rotativo (44,7%), cheque especial (13,4%), crédito pessoal não consignado (7,8%), aquisição de outros bens (7,1%).

No crédito com recursos livres para pessoas jurídicas, o aumento da inadimplência média foi significativamente menor (+0,6p.p.) na mesma base de comparação, alcançando 2,1%. Na carteira de pessoa jurídica, as modalidades de crédito com maiores taxas de inadimplência foram: cheque especial (16,3%), capital de giro com teto rotativo (7,0%) e cartão de crédito (4,5%).

Já inadimplência média na carteira com recursos direcionados no quarto trimestre de 2022 manteve-se no mesmo patamar de 1,2% verificado em igual trimestre do ano anterior. Tanto na carteira de pessoa física como na de pessoa jurídica, não houve variação da inadimplência nessa base de comparação.

Nas operações com recursos direcionados com pessoas jurídicas, as maiores taxas de inadimplência foram verificadas na modalidade de capital de giro do BNDES (13,0%) e crédito rural com taxas reguladas (2,6%). Porém, em ambas modalidades, a inadimplência registrou recuo ante o quarto trimestre de 2021: -3,4pp no crédito rural com taxas reguladas e -2,0p.p. capital de giro do BNDES.

Já na carteira de crédito direcionado com pessoas físicas, a taxa mais elevada de inadimplência foi registrada na modalidade de microcrédito (18,4%), com alta de 14,8p.p. frente o quarto trimestre de 2021, refletindo as dificuldades dos tomadores de baixa renda em honrar seus compromissos no contexto de lenta recuperação de rendimento.

No corte por porte de empresas, a inadimplência média das MPME alcançou 3,2% no quarto trimestre, com alta de 0,8p.p. frente a igual trimestre do ano anterior e de 0,4p.p. ante o trimestre imediatamente anterior. Já a inadimplência média das grandes empresas se manteve estável no patamar de 0,2 % verificado no 3º trimestre, registrando recuo de 2,0p.p. na comparação com o quarto trimestre de 2021.